

**SINDICALISMO, AUTORITARISMO
E REPRESSÃO ENTRE DOIS POLOS:
As greves metalúrgicas de Osasco em perspectiva histórica
(1968-1980)**

**UNIONISM, AUTHORITARIANISM
AND REPRESSION BETWEEN TWO POLES:
The metallurgical strikes in Osasco in historical perspective
(1968-1980)**

M^a Gabriela S. M. C. Marinho*
Eliane Meza**
Karen C. D. Fonseca***

Resumo

O artigo analisa, em perspectiva histórica, aspectos da repressão desencadeada pelo acirramento político de 1968, com ênfase nas greves de Osasco e reverberações no ciclo posterior do ABC Paulista no final da década de 1970. Constrói a análise a partir da produção memorialística de personagens do período a partir de um ângulo menos frequente, no caso, a perspectiva dos agentes do status quo e da repressão política. Nesse sentido, localiza a participação do Exército e de empresários que se destacaram, sobretudo, na conjuntura de 1968, um dos momentos mais agudos do fechamento político durante o regime militar. O argumento desenvolvido pressupõe a mudança de escala e natureza da repressão e seu deslocamento de forças marcadamente policiais para a vinculação ao escopo das “atribuições” das Forças Armadas, em particular do Exército. Desse modo, sindicatos e sindicalistas passaram a compor o espectro do “inimigo interno” definido na Doutrina de Segurança Nacional. Um dos aspectos destacados é o caráter estratégico do setor metalúrgico sobre o qual a repressão incidiu pesadamente, segmento no qual muitas empresas estiveram associadas ao capital internacional. Por outro lado, além de assinalar a especificidade da atuação militar na repressão sindical, o artigo procura agregar como elemento de análise a presença do empresariado na escalada repressiva.

Palavras-Chave: Autoritarismo e repressão. Ditadura Civil-Militar e sindicalismo. Memória de greves e acirramento político. São Paulo e o estado de exceção.

Abstract

The article analyzes, in a historical perspective, aspects of the repression triggered by the political intensification of 1968, with emphasis on the strikes in Osasco and reverberations in the later cycle of ABC paulista in the late 1970s. It builds the analysis from the memorialistic production of characters from the period and it locates the participation of the Army and of entrepreneurs that stood out in the two conjunctures. The argument developed

* Doutora em História Social (FFLCH-USP), professora associada 2 da Universidade Federal do ABC (UFABC), onde atua como docente e pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas e Sociais. E-mail: gabriela.marinho@ufabc.edu.br

**Advogada, mestra em Políticas Públicas e doutoranda em Ciências Humanas e Sociais pela UFABC. E-mail: elianecarvalho@home.com

***Graduada em Ciências Sociais e Geografia, possui mestrado em Ensino, História e Filosofia das Ciências e da Matemática e doutorado em Ciências Humanas e Sociais, ambos pela Universidade Federal do ABC (UFABC). E-mail: karenchester@gmail.com

presupposes a change in the scale and nature of there pression, which would haves hifted from markedly police forces to articulate the scope of the Armed Forces' "powers," in particular the Army. In this way, union sandunionists came to make up the spectrum of the "internalenemy" defined in the National Security Doctrine. One of the high lighted aspects is the strategic character of the metallurgical sector, whose companies were partly associated with international capital. On the other hand, in addition to highlighting the specificity of military action in union repression, the article seeks to aggregate the presence of the business community in there pressive escalation as an element of analysis.

Keywords: Authoritarianism and repression. Civil-Military Dictatorship and trade unionism. Strikes memory and political accuracy. São Paulo and the state of exception.

Introdução: recrudescimento e fissuras na exceção e no arbítrio

O artigo analisa os argumentos que sustentaram o acirramento da repressão aos movimentos operários em São Paulo no período entre 1968 e 1978, sobretudo a partir das greves de Osasco. No período, verificou-se a mudança de escala e natureza das práticas e aparatos repressivos e o recrudescimento das ações militares e policiais com a formação dos Destacamentos de Operações de Informação (DOI) e Centro Operações de Defesa Interna (Codi), sob a responsabilidade do Exército. O artigo identifica nesse contexto o ápice da articulação do aparato repressivo com setores empresariais e civis sediados em São Paulo, assinalando, embora de maneira lateral, a participação de membros da elite acadêmica paulista provenientes da Faculdade de Direito. Em decorrência, argumenta que a junção de poder econômico, fortalecimento do aparato repressivo e formulação do ordenamento jurídico de exceção tornaram São Paulo eixo na sustentação do regime. Ao mesmo tempo, essa junção assegurou que capital e região metropolitana se tornassem também o território de onde partiram fissuras que contribuiram para abalar as estruturas do regime ao longo da década de 1970, sejam pelos episódios das mortes de Vladimir Herzog (1975) e Manuel Fiel Filho (1976), seja pela eclosão das greves no ABC no ciclo 1978-1980.

Para a sustentação dos argumentos, foram selecionados três aportes teórico-metodológicos: o paradigma indiciário proposto por Carlo Ginzburg (1989), as formulações desenvolvidas por Jacques Revel (1998), em torno da contraposição de escalas de observação do processo histórico, e a discussão de Michael Pollak (1989) acerca da "memória, esquecimento e silêncio". Desse conjunto de abordagens, destaca-se a premissa de Ginzburg, cuja vertente de análise prioriza a seleção dos detalhes como fonte de elucidação e formulação de argumentos e interpretações. Por outro lado, a perspectiva de Revel permite o reposicionamento contínuo do objeto de modo a ampliar as angulações sob as quais determinado tema é analisado.

Nessa direção, contextos, conjunturas e eventos são continuamente entrelaçados e realçados de modo a expor a articulação entre dinâmicas sociais e trajetórias individuais, assinalando emulações recíprocas. Por fim, Pollak é mobilizado quando o artigo sugere o debate em torno de "assimetrias da memória". Ou seja, pela análise de hierarquias no processo de construção da lembrança e do esquecimento, como se deu, por exemplo, em torno de Vladimir Herzog e Manuel Fiel filho, dois personagens centrais na derrocada do regime militar brasileiro.

Obviamente, a destruição de um determinado sistema político, seja no sentido de sua destruição lenta ou pela superação abrupta, resulta da convergência de múltiplos fatores. É nessa direção, portanto, que o artigo propõe uma inversão do ângulo pelo qual usualmente se analisam as lutas políticas no mundo do trabalho e busca compreender também a lógica, o cálculo e a intencionalidade dos personagens amparados pelo monopólio da força, nem sempre legítimo ou legitimado.

Aos pressupostos apontados acima, soma-se a noção de *vestígios*, presente nos estudos da história e da memória social. Localizados em depoimentos, biografias, autobiografias, escritos memorialísticos, jornais, revistas, além da bibliografia pertinente, material que compõe a base empírica da presente análise, os *vestígios* fornecem pistas, indícios, ângulos e fragmentos referidos por Ginzburg, Revel e Pollak. O cotejamento, análise e sistematização desse material esparsos permitem a junção de elos e nexos que compõem e revelam tramas e urdiduras do contexto analisado.

No interior desse enquadramento teórico-metodológico, o argumento considera, enfim, que a década analisada demarca um período de inflexão no qual se verificou o acirramento do confronto político e da repressão aos movimentos operários em razão da magnitude e vulto dos interesses em disputa. Nessa direção, o relevo e o peso dos capitais internacionais investidos no entorno da cidade de São Paulo a partir dos anos 1950 assumem significados políticos inerentes a um processo de crescimento urbano, acelerado, precário e desigual que tornou a Região Metropolitana de São Paulo, onde estão inseridos Osasco e o Grande ABC, em um dos grandes fenômenos metropolitanos do século XX em escala global¹.

Desse modo, o artigo privilegia enfoques memorialísticos sobre a repressão às greves de Osasco em 1968, identificando conexões com o sindicalismo que emergiu uma década depois no ABC Paulista. Destaca, portanto, a posição de São Paulo no contexto analisado, agrupando as perspectivas dos militares, de políticos em condição de comando nas esferas federal e estadual, além de membros do empresariado e operários que atuaram no período, conforme analisado a seguir.

¹ Existe uma vasta literatura sobre a correlação entre concentração industrial em São Paulo e os processos decorrentes da urbanização, periferação e subsequente metropolização associados à expansão dos investimentos que incidiram sobre o entorno da capital paulista. O tema é abordado pela História Econômica, Geografia Humana, Urbanismo e Planejamento Territorial, Sociologia Urbana, entre outras áreas do saber. Parte dessa discussão pode ser encontrada, por exemplo, em Singer (2017), Szmrecsányi (2004), Lencioni (1994), Kowarick (1993). Embora a abordagem aqui proposta esteja ancorada na diáde Memória-História, ficam registradas também algumas referências da Sociologia sobre participação política, movimentos sociais e movimento sindical, com destaque para a greve de Osasco e a análise do chamado “Novo Sindicalismo”: Ladosky e Oliveira (2014), Rovai (2012, 2014), Weffort (1972) e Brant (1979).

A década e seus extremos: o depoimento dos militares

Conforme mencionado anteriormente, a argumentação considera São Paulo como o território que desencadeou as políticas de acirramento da repressão aos operários a partir de 1967 por centralizar as principais disputas econômicas decorrentes da concentração de capitais internacionais em seu entorno. No primeiro momento, o interesse dos aparatos repressivos incidiu pesadamente sobre as organizações de esquerda mobilizadas em torno da luta armada. Com o objetivo de desarticular as ações de esquerda, tais aparatos promoveram o assassinato de suas principais lideranças. Ao mesmo tempo, a repressão sobre manifestações estudantis, de artistas e intelectuais tendeu, em certa medida, a secundarizar nas análises posteriores a incidência da barbárie sobre os sindicatos e o movimento operário. Mais recentemente, a colaboração entre grandes empresas com a polícia e o exército, em particular corporações transnacionais, passou a ser objeto de atenção, mas o tema ainda permanece insuficientemente analisado pela literatura dedicada ao período, inclusive pela dificuldade de acesso a fontes primárias.

A partir dessa perspectiva, pistas, indícios e vestígios foram coletados em um vasto e disperso material empírico fornecido pela história e memória social. Como apontado anteriormente, o cotejamento e sistematização desse conjunto fragmentado de fontes permite estabelecer conexões e elos causais entre forças econômicas, elites políticas, aparatos e ações repressivas que atuaram sobre sindicatos e operariado, como o artigo pretende assinalar. Um aspecto interessante que emerge dessa coleta é o relacionamento tenso entre militares e empresários, evidenciado pelos depoimentos de alguns militares. Outro aspecto relevante é a razoável convergência e coesão das versões apresentadas por membros das diferentes esferas do poder no período, envolvendo entes do governo federal, estadual e empresariado que vocalizaram depoimentos muito afinados em torno de suas interpretações sobre o passado.

Para acompanhar esse arco retórico e discursivo, do ponto de vista metodológico, agrupamos a coleta e análise dos dados em três modalidades de depoimentos (no caso): militares, empresários e operários. Desse material, emergem não só a convergência e articulação entre setores governamentais e empresariais, como mencionado acima, mas também as contradições e disputas entre os grupos e intragrupos. Embora o anticomunismo seja um elemento de ligação e uma justificativa recorrente para a repressão, nuances podem ser percebidas acerca do caráter e intensidade das práticas perpetradas e dos vínculos estabelecidos pelos segmentos paulistas e suas relações com o poder. Apesar dos matizes, a unidade de propósitos em torno da garantia dos interesses corporativos e da ordem estabelecida é ressaltada no material analisado.

Nessa direção, no primeiro grupo, depoimentos de militares², as declarações do general Adyr Fiuza de Castro³ são bastante elucidativas ao destacar a relevância e o porte de São Paulo no contexto dos aparatos repressivos. Ao fazer a distinção entre os Destacamentos de Operações de Informações em diversas localidades do país, o general evidencia essa diferenciação, como transcrito a seguir:

(...) em São Paulo foi diferente, porque eles fizeram a Operação Bandeirantes, a OBAN, antes da criação dos DOIs. A OBAN já foi uma mistura de DOPS com o Exército. Isso não aconteceu no Rio ou em qualquer outra parte do Brasil. Só em São Paulo. A OBAN era paulista, e talvez tenha servido de modelo para a criação dos DOIs. Mas eles nunca foram propriamente um DOI. E o Fleury era muito eficiente, era o chefe do DOPS mais eficiente que havia no Brasil. Eficientíssimo. Estava instalado num grande prédio, e contava com mais de quarenta delegados. No Rio, o DOPS ficava num prediozinho, e tinha três delegados. Em Minas, quase que era um delegado só: um delegado e dois ou três escrivães. Mas em São Paulo havia uma poderosa organização (D'ARAUJO; SOARES; CASTRO, 1994, p. 75-76).

A posição destacada de São Paulo não é fortuita ou casual, assim como a criação da Operação Bandeirantes. Ao selar o compromisso entre empresariado e repressão, sua criação está inserida no contexto de acirramento das tensões e pode ser vista como resposta das elites econômicas às alianças políticas que os movimentos sociais tornaram mais evidentes a partir de 1968. A sequência de eventos que articula o movimento estudantil, as manifestações de rua, a decretação do Ato Institucional-5, a greve de Osasco e a criação da Oban, será analisada mais adiante. Ganha relevo a percepção de elites políticas e econômicas de São Paulo em torno da urgência de ação perante o que consideravam o caráter insurrecional das forças atuantes naquela conjuntura, no caso, a aliança entre movimento operário e o movimento estudantil, como será detalhado mais adiante.

As informações de Fiuza de Castro são corroboradas por outros militares de alta patente. Carlos de Meira Mattos, por exemplo, embora mais discreto, reafirmou a mesma percepção em um trecho de seu depoimento ao CPDOC nos seguintes termos: “Não sei se vocês notaram que o Nordeste foi muito calmo nesse problema de subversão. Não teve nada maior no Nordeste. O centro de tudo isso foi São Paulo” (D'ARAUJO; SOARES; CASTRO, 1994, p. 105).

2 A posição dos militares foi extraída do conjunto de depoimentos coletados pelo Centro de Pesquisa e Documentação da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC-FGV) em razão do projeto *1964 e o Regime Militar* desenvolvido pelo CPDOC, com apoio da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), no período de 1992 e 1995. Uma parte das entrevistas foi disponibilizada na íntegra pelo Centro. Outra parte considerável só está disponível na trilogia organizada pelos pesquisadores Maria Celina D'Araújo, Gláucio Ari Dillon Soares e Celso Castro, composta pelos livros *Visões do Golpe: a memória militar de 1964*, *Os Anos de Chumbo: a memória militar sobre a repressão* e *A Volta aos Quartéis: a memória militar sobre a abertura*, e lançada entre 1994/1995. Sempre que disponível, optou-se pela consulta dos depoimentos em sua íntegra.

3 Chefiou a Divisão de Informações (D2) do gabinete do ministro da Guerra, general Aurélio de Lira Tavares, entre 1967 e 1969. Foi um dos criadores do Centro de Informação do Exército (CIE) e membro da Comissão de Investigação Sumária do Exército encarregada de executar o AI- 5. Foi também secretário do general Sílvio Frota e, entre 1972 e 1973, chefiou o Centro de Operações de Defesa Interna (Codi), principal centro de repressão política do regime.

Da mesma forma, o almirante João Paulo Penido Burnier indica percepção semelhante:

(...) A influência das Forças Armadas na segurança interna começou mais fortemente a partir de 1964, em especial, a partir de 1968, porque começava a haver repercussões das tentativas de combate ao regime militar (...). Em 1968, (...) com o primeiro atentado terrorista no aeroporto de Guararapes [foram criados] grupos, unidades específicas para combate e repressão à subversão. Criando o DOI-CODI, criando o Centro de Operações Bandeirantes em São Paulo, no combate ao pessoal subversivo, (...) terrorista, contra aqueles atentados contra embaixadores. Havia pessoal especializado. Porque realmente a Polícia Civil não tinha condições de fazer isso (D'ARAUJO; SOARES; CASTRO, 1994, p. 192).

Para Cyro Guedes Etchegoyen⁴, que chefiou a Divisão de Informações do II Exército, a inserção de São Paulo foi ainda mais profunda, anterior e decisiva:

(...) E por que o senhor acha que a revolução aconteceu?

C.E. - Porque São Paulo quis que acontecesse. (...) São Paulo quis acabar com o governo Jango, que era podre (...) tinha todos os defeitos que nós reconhecíamos. Mas quem botou todo mundo contra Jango foi São Paulo.

Mas muitos militares entendiam que havia um crescimento do movimento comunista, do sindicalismo, corrupção, enfim...

(...) A senhora perguntou quem fez. Foi São Paulo. (...) Evidentemente, nós tínhamos no Brasil uma república sindicalista: um presidente sindicalista, todo mundo estava na república sindicalista e um movimento comunista muito forte, vindo de fora e de dentro. Uma situação econômica muito difícil(...)presidente sem autoridade moral, comprometido com todos os lados: com a direita e com a esquerda. (...)um governo central que estava fazendo uma aproximação com os sindicatos de forma completamente irregular, trazendo ameaças à estabilidade nacional, ameaçando nossa indústria, nosso comércio (...) se não houvesse insatisfação, o comunismo não progredia. Mas se não há insatisfação, a direita também não progride. Os movimentos extremados só progridem quando há um cadinho de insatisfação. (D'ARAUJO; SOARES; CASTRO, 2004, p. 175-176).

Do mesmo modo, outros militares graduados destacaram em seus depoimentos a mesma compreensão, como assinala o ex-chefe de Gabinete do Governo Geisel, Gustavo Moraes Rego Reis⁵:

O DOI começou em São Paulo, inspirado na OBAN – Operação Bandeirantes – que fora montada em meados de 1969, no DEOPS, sob a chefia do delegado Fleury, o governador Abreu Sodré obteve auxílio substancial do empresariado paulista para financiar suas atividades. A OBAN tinha vínculo com o II Exército (...). Um grupo de

4 Cyro Guedes Etchegoyen nasceu em Porto Alegre, em 1929. Coursou a Academia Militar das Agulhas Negras, em 1949, e a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (Eceme), em 1964. Serviu no gabinete do ministro do Exército, general Orlando Geisel, atuando na área de Informação e Contrainformação. Chefiou a Divisão de Informações do II Exército. Passou para a reserva em 1983 com a patente de coronel.

5 Chefe de Gabinete do Governo do general Ernesto Geisel (1974-1979).

militares do Exército passou a participar efetivamente daquelas ações, juntamente com policiais civis e Polícia Militar do estado, ainda que informalmente (D'ARAUJO; SOARES; CASTRO,1994, p. 154).

A proximidade crescente entre militares e empresariado, setores que não poderiam estabelecer relações de favorecimento, resultou em tensões, contradições e ilegalidades flagrantes como indicam os depoimentos de Gustavo Moraes Rego abaixo e, na sequência, do Almirante Pereira Burnier:

CPDOC - O apoio do empresariado, do IPES⁶, quão importante teria sido?

G. R. - Foi uma faca de dois gumes. Porque o problema de São Paulo é delicado. Só posso me referir à época em que vivi. Um general tem que se resguardar muito porque o empresário proporciona facilidades – eu não posso nem considerar isso como falta de honestidade pessoal, são favores que se refletem na instituição. Asfaltam quartel, outro dá não sei o quê, outro proporciona não sei o quê. Isso aí foi feito muito durante a revolução. Depois isso se transformou, em muitos casos, numa espécie de venda de segurança. Houve companheiros nossos que “cobravam”, a título de segurança, favores do empresariado às suas unidades. (D'ARAUJO; SOARES; CASTRO,2004, p. 48-49).

Como apontado anteriormente, além dos militares, foram analisados dados coletados nas memórias, depoimentos, entrevistas, entre outros fragmentos, de mais dois grupos, no caso, políticos e empresários. A seguir, serão cotejados e analisados trechos das memórias de três personagens centrais do período, o governador de São Paulo, Roberto Costa de Abreu Sodré, o ministro do Trabalho, Jarbas Passarinho e o empresário Luis Eulálio Bueno Vidigal Filho.

O Espectro de Nanterre, a greve de Osasco e a Oban: pistas, nexos e convergências

A análise de eventos ocorridos entre 1968 e 1969 em São Paulo permite compreender a articulação das forças políticas em operação naquele contexto. No arco temporal delimitado pelo Primeiro de Maio na Praça da Sé, em 1968, e a criação da Oban, em julho de 1969, emergem três personagens cujos depoimentos, décadas depois e em circunstâncias distintas, revelam uma narrativa comum decorrente da posição que se forjou no período em torno da ameaça política representada pelas mobilizações operárias e estudantis.

A convergência das versões de Roberto Costa de Abreu Sodré, governador de São Paulo no período, de Jarbas Passarinho, então ministro do Trabalho, e de Luis Eulálio de Bueno Vidigal Filho, empresário, um dos herdeiros e na época diretor da Cobrasma, principal metalúrgica de Osasco, assinala a perspectiva que os setores dirigentes construíram em torno do movimento

⁶ O Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (Ipes) foi criado oficialmente em 1962, no Rio de Janeiro, por iniciativa de empresários organizados no Rio e em São Paulo e obteve a adesão de outras unidades da federação. Tornou-se uma das entidades que articulou conspiração para o golpe de 1964 (DREIFUSS, 1981).

operário no auge das tensões políticas do regime militar. Mais tarde, no final da década de 1970, Luís Eulálio seria um dos negociadores patronais junto aos metalúrgicos do ABC. Ao longo dos anos de 1980, assumiu a presidência da Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp), liderando um movimento que denominou de “renovação” da entidade.

As memórias de Abreu Sodré foram publicadas em 1995 com o título *No Espelho do Tempo: meio século de política*. Ambivalente sobre o recrudescimento da repressão durante sua gestão como governador, o relato de Abreu Sodré oscila entre as declaradas “convicções liberais” e sua atuação no período. Filiado ao partido da União Democrática Nacional (UDN), bacharel egresso da Faculdade de Direito do Largo São Francisco, iniciou sua atuação política como estudante no Estado Novo, quando foi interrogado sobre suas atividades na Delegacia Especializada de Ordem Política e Social (Deops) em 1941. O depoimento prestado na época foi reproduzido em fac-símile no livro de memórias, com comentários de Sodré sobre suas convicções democráticas.

Em seu relato, o ex-governador se distancia do grupo que classificou como “radicais de direita”, entre os quais cintilava a figura de seu ex-professor na Faculdade de Direito, Luís Antonio da Gama e Silva⁷, artífice do arcabouço jurídico da legislação de exceção durante a ditadura. Contudo, embora busque distanciamento em relação ao endurecimento do regime, compartilha a mesma visão sobre a conjuntura insurrecional de 1968, concepção que sustentou o recrudescimento da repressão. Tal percepção é narrada como decorrência dos sucessivos sequestros ocorridos no país e das tensões de confrontos estudantis. Ainda assim, toma o comício do Primeiro de Maio, em 1968, como ponto de inflexão no acirramento político, associando igualmente as manifestações em São Paulo aos conflitos de Nanterre.

Situada nos arredores de Paris, numa área periférica e de concentração de pobreza, cercada pelo cinturão industrial, a localidade é considerada o epicentro da mobilização dos estudantes franceses deflagradas em maio daquele ano e uma das referências nas estratégias de aliança entre operários e estudantes.

O primeiro trecho transcrito recupera as memórias de Roberto Costa de Abreu Sodré, governador de São Paulo na fase aguda da repressão. Em sua versão, Abreu Sodré aponta como elemento decisivo para o acirramento da repressão a *aliança entre estudantes e operários*, verificada no interior do crescente enfrentamento. Cabe assinalar que o mesmo argumento foi utilizado por Jarbas Passarinho, então ministro do Trabalho, e pelo empresário Luis Eulálio de Bueno Vidigal, em seus relatos memorialísticos publicados respectivamente em 1997 e 2007 e que serão transcritos mais adiante.

As semelhanças entre Osasco e Nanterre são realçadas por Sodré, como aponta o trecho a seguir coletado nas memórias publicadas em 1995:

⁷ A respeito da atuação de Gama e Silva e outros membros da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, consultar a tese de doutorado de Sonale Diane Pastro de Oliveira (2019).

No Dia do Trabalho – 1º de Maio de 1968 – realizou-se comício na Praça da Sé, (...) contrariando pareceres e recomendações, resolvi comparecer. A orientação de meu governo era de que a polícia não se deveria opor a quaisquer manifestações, desde que não feríssemos princípios da liberdade alheia. Semanalmente recebia em palácio os líderes estudantis da época e, mesmo se o confronto de opiniões era por vezes vigoroso, o resultado compensava na medida em que permitia um conhecimento melhor dos anseios da juventude e uma aproximação das gerações. De meu ponto de vista, a repressão a manifestações e movimentos legítimos seria contraproducente. Essa política liberal – causa de graves atritos com a “linha dura do regime” – irritava também os radicais de esquerda, cujo único desejo era ver o circo pegar fogo. Sabíamos que, aproveitando a oportunidade dessa manifestação de 1º de maio, um grupo de estudantes e agitadores tentaria provocar incidentes violentos. Isso forçaria a intervenção da polícia, criando na prática a aliança estudantil-operária preconizada por teóricos das universidades de Paris e de Nanterre. Os serviços de informação das polícias civil e militar haviam interceptado o rascunho do roteiro da ação provocadora, que chegava a estabelecer as rotas de fuga de cada grupo. (SODRÉ, 1995, p. 157).

Como indicado anteriormente, a convergência das versões é um elemento que se destaca no cotejamento dos depoimentos, sobretudo por se tratar a memória de um território fluido, onde as narrativas sobre um mesmo evento são muitas vezes contraditórias. Os depoimentos analisados, coletados em momentos distintos, cristalizam as versões de três personagens que atuaram diretamente naquela conjuntura. Tal convergência expressa possivelmente o resultado da conjugação de esforços entre órgãos e instituições do Estado com parte do empresariado paulista.

A seguir, o trecho extraído das memórias de Jarbas Passarinho permite ampliar tal constatação. Embora longa, a transcrição se justifica ao reforçar as versões convergentes, indicando uma fina articulação entre o governo de São Paulo, empresários e a esfera federal. O peso dessa articulação expressa tanto a assimetria como a desproporção das forças atuantes, como pode ser conferido a seguir:

Em 1968, o confronto é intensificado. Chega ao auge. Sucedem-se assaltos a bancos, com mortes de vigilantes, bomba contra o consulado americano, em São Paulo (fevereiro), vultosas manifestações estudantis nas ruas, culminando com a “Passeata dos 100 mil”, no Rio (junho), carro-bomba contra o Quartel-General do II Exército, São Paulo, matando o soldado Mário Kozell Filho e ferindo outros (junho); greves de metalúrgicos (outubro); assalto e roubo de fuzis do Hospital Militar de Cambuci, São Paulo (junho), com o estripamento da sentinela; agressão física ao governador de São Paulo (1 de maio); assassinato do capitão americano Charles Chandler na frente de sua esposa e de seu filho de 9 anos de idade (outubro) e do major alemão, aluno da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Maximilian Westernhagen, confundido com o capitão boliviano Gary Prado, que prendera Guevara e era suspeito de o haver executado (julho). (...) a violência armada, inclusive com ações terroristas, acuara o Governo. Os quatro anos passados haviam sido proveitosos para os contestadores. Tiraram partido de erros crassos, como a natimorta guerrilha de Caparaó. Investiram sobretudo na juventude. A militância básica da ANL veio da dissidência universitária comunista paulista, que, segundo revelações atuais de líderes da esquerda leninista, incorporou 70% dos ativistas. Treinaram seus quadros não apenas em Cuba, mas em outros países a Cortina de Ferro e na China. Destacavam-se, já, as ações arrojadas de Marighella, (...) as passeatas avolumaram-se(...)A arregimentação dos estudantes leva-

ra-os a crescer em audácia (...) praticaram ação de massa, em nada ficando a dever ao que Cohn-Bendit, Daniel fizera em Paris. (PASSARINHO, 1996, p. 302-303).

A seguir, o trecho extraído do depoimento de Luis Eulálio de Bueno Vidigal, cujas memórias foram organizadas a partir de entrevistas concedidas a Rubens Paulo Gonçalves. Direto e objetivo, Luís Eulálio reafirma seus vínculos com o regime militar, conforme assinalado abaixo. Ainda que igualmente longa, a transcrição oferece um relato sobre o modo pelo qual as articulações se construíam no período e o acesso facilitado aos empresários pelos grupos militares instalados no poder central, além das relações franqueadas também nos círculos estaduais:

Com a Revolução de 1964 e mesmo antes dela, sempre fui um homem chamado de “direita”. Particpei da “Marcha da Família pela Liberdade”. Tanto eu como papai fomos absolutamente favoráveis à queda de Jango. Quando a Revolução aconteceu e Castelo Branco assumiu, vimos a possibilidade de colocar o Brasil nos eixos. Ele era um homem correto e honesto, sem pretensões políticas e com metas muito definidas. Acho que cometeu um erro grave: não estabeleceu no Ato Institucional nº 1 que governaria somente por quatro anos. Tinha força para isso e redemocratizaria o Brasil nesse período. Não o fez. Caso contrário, teria evitado o golpe de 1967, no qual teve de ceder a Costa e Silva, deixando o Brasil a vários anos governado por militares e desvirtuando o original sentido da Revolução. (GONÇALVES, 2007, p. 68).

A narrativa de Luis Eulálio, em torno da greve na Cobrasma, realça os vínculos e as articulações bem como a perspectiva empresarial acerca do sindicato e de suas lideranças e o prosaico encontro com Lamarca:

(...) Tínhamos seis mil funcionários – dos quais, 3.500 na Cobrasma. Os sindicatos eram dirigidos por homens reconhecidamente de esquerda (...). Em 18 de junho de 1968, a Cobrasma foi tomada por um grupo de funcionários e sindicalistas. Às dez horas da manhã (...), fecharam os portões, com mais de 3.500 empregados dentro, isolaram os engenheiros em um prédio e ficaram lá. Disseram que não queriam nada, que não reivindicavam nada, portanto, não havia o que conversar (...). José Ibrahim era o presidente do sindicato. (...) Papai ligou para o governador Sodré (...). Nessa época, era chefe do Serviço de Informações (S2) do Quarto Regimento de Infantaria do Exército em Quitaúna, muito próximo à indústria, o Capitão Lamarca (...). Alguns meses antes, eu fora chamado por ele para conversarmos sobre a segurança da fábrica e tinha lido todos os pontos de localização de guaritas, entrada e saída de pessoal. O interessante de nossa conversa é que ele me pareceu o mais reacionário dos reacionários. Enganou-me completamente. (GONÇALVES, 2007, p. 69).

Os vínculos com os grupos instalados no poder central expressam bem as relações de classe. O pai de Luis Eulálio, por exemplo, professor na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, mantinha uma relação estreita com o ministro da Justiça Luis Antonio Gama e Silva, a quem substituiu na direção da escola. Como detalha o relato, Gama e Silva foi prontamente acionado para intervir na greve em Osasco.

A greve durou das dez horas da manhã às onze horas da noite. (...) À tarde, (...) resolvemos entrar em contato com Brasília. Papai telefonou para o Luis Antonio Gama e Silva, Ministro da Justiça e seu colega como professor na Faculdade. Imediatamente, ele falou com o presidente e com Passarinho, então Ministro do Trabalho, que veio para São Paulo já ciente de que, em Minas, haviam invadido a Mannesman e que também era uma simples demonstração de força, sem qualquer reivindicação. Gama falou diretamente com o secretário de segurança, Coronel Marques, e pediu que ocupasse o município de Osasco. As tropas chegaram e uma intervenção branca foi feita no município, até que às oito horas da noite avisaram que iriam invadir a fábrica. (...) No dia seguinte, houve uma reunião na Delegacia Regional do Trabalho e fui representando a Cobrasma. No início, constatei que estavam presentes o Ministro Passarinho, um diretor do sindicato, já que José Ibrahim estava foragido (...). O propósito da reunião era evitar demissões. Indaguei ao ministro se eu demitiria, ou não, os que haviam sido presos. Ele não tinha uma resposta pronta e criou-se um impasse. (GONÇALVES, 2007, p.69).

Não por acaso, em determinado trecho do depoimento de Luis Eulálio, encontra-se a mesma interpretação sobre as articulações que teriam se construído no período sob inspiração dos movimentos internacionais, difundidos a partir do célebre “Maio de 68” francês, como assinalado a seguir:

(...) [A greve da Cobrasma foi] uma orquestração de movimentos de esquerda, nos quais se incluíam a revolta estudantil, (...), no Rio de Janeiro; a greve na Mannesman, em Belo Horizonte; da Belgo-Mineira, em Contagem. Foi a época do sequestro dos embaixadores e das manifestações terroristas. (...) O sentido desse movimento foi mostrar a força da esquerda, sem dúvida inspirado no movimento de Daniel Cohen-Bendit, em Paris. O José Ibrahim tinha apenas vinte anos e era maoísta. A revolta era chamada por eles de “A Nanterre brasileira”. (GONÇALVES, 2007, p. 69).

As convicções de Luis Eulálio seriam reafirmadas anos depois quando, no contexto da distensão política que antecedeu a abertura e a redemocratização, ainda assim, em debate promovido pelo jornal *O Estado de São Paulo* confirmou a vocação autoritária:

Devo ratificar o que já disse anteriormente, não sou um liberal na economia, como não sou um liberal na política (...) quero deixar bem claro que nunca escondi essa minha posição. (...) Eu acho que o AI-5 pode ser incorporado a Constituição porque aí deixa de ser exceção, deixa de ser bandeira. (O ESTADO DE SÃO PAULO, 1977, p. 49).

No mesmo período, entre o final da década de 1970 e ao longo dos anos 1980, Luis Eulálio Bueno Vidigal Filho ganhou notoriedade ainda maior, tornando-se um dos principais protagonistas da cena patronal em São Paulo e destacado negociador com as lideranças metalúrgicas do ABC Paulista, especialmente com Luis Inácio da Silva.

Considerações finais

Ao recolher vestígios da conjugação de interesses empresariais com os dispositivos militares na repressão aos movimentos sociais, em especial à organização sindical, o artigo apresenta duas perspectivas de análise. Por um lado, associa a criação da Operação Bandeirantes (Oban) aos eventos de Osasco, sobretudo à greve protagonizada pelos metalúrgicos da cidade em julho de 1969, no contexto do endurecimento do regime. De outro lado, além de assinalar a especificidade da atuação militar na repressão sindical, o artigo procura agregar como elemento de análise a unidade retórica que sustentou a presença do empresariado na escalada repressiva e sua articulação com as esferas do poder federal e estadual.

Desse modo, argumenta-se que a presença crescente de capitais internacionais contribuiu para tornar São Paulo o eixo do aparato repressivo, que deixou de ser atribuição exclusiva da polícia para se articular com o exército e a colaboração civil-empresarial. A conjugação aos interesses empresariais pode também ser analisada como decorrência da expansão dos setores financeiro e industrial, verificada ao longo das décadas de 1950 e 1960, em particular o metal, mecânico, metalúrgico e automobilístico, aspecto que merece aprofundamento em estudos subsequentes.

Deve ser destacada, ainda, a intensa circulação dos grupos dirigentes em esferas e papéis diferenciados, como estruturas de poder econômico, de representação patronal ou em instituições acadêmicas de elevado prestígio. A intrincada rede de sociabilidades assim tecida resulta em uma trama que promove vínculos de confiança, facilita o acesso a informações restritas e favorece tomada de decisões, fortalecendo e realimentando uma determinada estrutura de poder e comando, representada, no caso, pela aliança entre empresários, militares e governantes.

Por fim, conjunturas de crise aguda, como a vivenciada em 1968, oferecem oportunidades privilegiadas para a análise das relações de poder. Em tais circunstâncias, e no intuito de recompor a sustentação de sua estrutura, o corpo social produz a evisceração das articulações decorrentes de seus interesses e as posições e privilégios de classe se tornam ainda mais evidentes.

Contudo é interessante observar que embora a organização sindical e a luta dos metalúrgicos de Osasco tenham sido duramente atingidas em 1968, a experiência de mobilização e retomada do movimento de trabalhadores ressurgiria em novas bases em 1978, no ABC Paulista, caracterizando um novo polo de poder popular que reverberaria pelas décadas seguintes, contribuindo para redefinir a face política do país.

Referências

- BRANT, Vinicius C. (org.). **São Paulo**: trabalhar e viver. São Paulo: Ed. Brasiliense; Comissão Justiça e Paz, 1979.
- BRASIL. Lei n° 6.620. **Lei de Segurança Nacional**, de 17 dezembro de 1978. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-6620-17-dezembro-1978-365788-norma-pl.html> Acesso em: 21 set. 2020.

- DREIFUSS, René A. **1964, a conquista do Estado**: ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis: Ed. Vozes, 1981.
- D'ARAUJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso (org.). **A Volta aos Quartéis**: a memória militar sobre a abertura. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.
- D'ARAUJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso (org.). **Os Anos de Chumbo**: a memória militar sobre a repressão. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.
- D'ARAUJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso (org.). **Visões do golpe**: a memória militar de 1964. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.
- ETCHEGOYEN, Cyro Guedes. **Cyro Guedes Etchegoyen (depoimento, 1992/1993)**. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 2005.
- GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais**: morfologia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- GONÇALVES, Rubens Paulo. **Luis Eulalio de Bueno Vidigal Filho**: histórias de um empresário da época do “Brasil Grande”. Rio de Janeiro; Brasília: Elsevier-Campus/CNI, 2007.
- KOWARICK, Lucio. **A espoliação urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
- LADOSKY, Mario H.; OLIVEIRA, Roberto V. de. O “novo sindicalismo” pela ótica dos estudos do trabalho. **Revista Mundos do Trabalho**, Florianópolis, v. 6, n. 11, p. 147-170, jan./jun. 2014.
- LENCIONI, Sandra. Reestruturação urbano-industrial no Estado de São Paulo: a região da metrópole desconcentrada. **Espaço & Debates**, São Paulo, n. 38, p. 54-61, 1994.
- LOPES, José Sergio Leite; HEREDIA, Beatriz (org.). **Movimentos Cruzados, Histórias Específicas**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2019.
- OLIVEIRA, Sonale Diane Pastro de. **Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo**: trajetórias, vínculos e alianças na constituição de uma “direita acadêmica”. 2019. 307 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas e Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do ABC, Santo André, 2019.
- PASSARINHO, Jarbas. **Um Híbrido Fértil**. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura; Belém-PA: Cejup, 1996.
- POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.
- REIS, Gustavo Moraes Rego. **Gustavo Moraes Rego Reis (depoimento, 1992)**. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 2005.
- REVEL, Jacques (org.). **Jogos de Escalas**: a experiência da microanálise. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.
- ROIO, José Luiz Del. **A Greve de 1917**. São Paulo: Alameda, 2017.
- ROVAI, Marta G. de O. A memória na luta contra o trauma: significados da greve de Osasco em 1968 nas narrativas de trabalhadores. **Revista Mundos do Trabalho**, Florianópolis, v. 6, n. 11, p. 41-56, jan./jun. 2014.
- ROVAI, Marta G. de O. **Osasco 1968**: a greve no feminino e no masculino. 2012. 592 f. Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.
- SANTANA, Marco Aurélio. **Entre a ruptura e a continuidade**: visões da história do movimento sindical brasileiro. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.14, n.41, p. 103-120, out. 1999. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v14n41/1754.pdf> Acesso em: 17 set. 2020
- SINGER, Paul. **Urbanização e Desenvolvimento**. São Paulo: FPA; Autentica, 2017.
- SODRÉ, Roberto de Abreu. **No Espelho do Tempo**: meio século de política. São Paulo: Best Seller; Círculo do Livro, 1995.
- SZMRECSÁNYI, Tamás (org.). **História Econômica da cidade de São Paulo**. São Paulo: Ed. Globo, 2004.
- TODOS reclamam – mas quem quer mudar? **O Estado de São Paulo**, São Paulo, mesa redonda, p. 49, 04 setembro 1977.
- WEFFORT, Francisco. **Participação e conflito industrial**: Contagem e Osasco, 1968. São Paulo: Cebrap, 1972.

Recebido em 06/04/2020

Aceito em 16/09/2020